

Educação profissional e religiosa: a experiência jesuítica no Rio Grande colonial
Professional and religious education: the Jesuit experience in the colonial Rio Grande

Úrsula Andréa de Araújo Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: ursulaaraujos@gmail.com

Recebido: 14/05/2018 – Aceito: 20/05/2018

Resumo

A experiência jesuítica no Brasil apresenta diversas nuances e narrativas que descrevem a relação do jesuíta com índio, com o colono e as ações decorrentes desse contato, tudo como reflexo de uma política metropolitana e suas adaptações na Colônia. O principal agente dessa política era o jesuíta, aliado da Coroa e representante da Igreja. O jesuíta passava por uma preparação profissional meticulosa nos Colégios antes da experiência missional que produzia um verdadeiro gestor, aliando a necessidade espiritual e material num mesmo ser. Apresenta-se, nesse trabalho, dois papéis – religioso e artesão – desempenhados pelos jesuítas para atingir o objetivo da catequização. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizam-se referências que discutem a presença dos jesuítas no Brasil tanto observando o intuito espiritual, bem como a importância dos trabalhos manuais para a aproximação e fixação das populações indígenas nas missões. Entende-se que toda a preparação anterior à experiência colonial pode ser enquadrada no conceito de educação profissional, visto que o missionário era treinado durante sua formação para a execução do trabalho com os nativos. Apresentam-se fontes documentais produzidas pelos jesuítas sobre a sua experiência e análises produzidas por estudiosos locais. O espaço de estudo é o Rio Grande colonial e as narrativas decorrentes da vivência nessa localidade, portanto o objetivo desse trabalho é contribuir para a ampliação do entendimento da História da Educação no Rio Grande. Os resultados ainda são incipientes, visto que a pesquisa é nova e ainda está na etapa de mapeamento de dados mais específicos.

Palavras-chave: Jesuítas; História da Educação; Fontes.

Abstract

The Jesuit experience in Brazil presents several nuances and narratives that describe the relationship between the Jesuit and the Indian, with the colonist and the actions resulting from this contact, all reflecting a metropolitan policy and its adaptations in the Colony. The main agent of this policy was the Jesuit, ally of the Crown and representative of the Church. The Jesuit went through a meticulous professional preparation in the Colleges before the missionary experience that produced a true manager, allying the spiritual and material necessity in the same being. This paper presents two roles - religious and artisan - played by the Jesuits to achieve the objective of catechization. For the development of the research, references are used that discuss the presence of the Jesuits in Brazil both observing the spiritual purpose, as well as the importance of the manual works for the approximation and fixation of the indigenous populations in the missions. It is understood that all preparation prior to the colonial experience can be framed in the concept of professional education, since the missionary was trained during his formation to carry out the work with the natives. Documentary sources produced by the Jesuits are presented on their experience and analyzes produced by local scholars. The study space is the Rio Grande colonial and the narratives resulting from the experience in this locality, therefore the objective of this work is to contribute to the expansion of the understanding of the History of Education in Rio Grande. The results are still incipient, since the research is new and is still in the step of mapping more specific data.

Keywords: Jesuits; History of Education; Sources

1. Introdução

A América para a Europa já havia sido inventada antes da experiência propriamente dita. Através da vivência em outros domínios projetou-se uma imagem a esse espaço que era o novo projeto de colonização. O que eles não podiam mensurar era a grande diversidade interna com a qual iriam se deparar. É possível pensarmos como foi impactante para esses desbravadores compreenderem a realidade na América. Do mesmo modo, nossos nativos tiveram que fazer um exercício de compreensão certamente maior, porque as estruturas transportadas para cá eram completamente sem lógica e propósito para os hábitos de vida que eles tinham e que acreditavam ser suficientes.

O discurso que envolvia a conquista era o da salvação das almas e da conquista de novos territórios, mas sabemos que o espírito de aventura lançava muitos bravos a esses

empreendimentos e muitos missionários a esse desafio. Esses espaços desbravados serviam de refúgio para algumas realidades indesejadas e também de castigo para aqueles que não queriam ou até que temiam vivenciar o desconhecido. Podiam também ser espaços para expurgar pecados ou pagar dívidas com a justiça terrena.

Em meio a esse movimento de conquistas, a Companhia de Jesus nasce e desde os primórdios esteve aliada ao Estado. Os jesuítas eram os preceptores da realeza e conselheiros por toda a vida. Vivia-se um período de muitas mudanças – econômicas, políticas e sociais, além do crescimento do Protestantismo e consequente declínio do Catolicismo. Para o reavivamento dessa fé, Ignácio de Loyola implementou a criação da companhia com o objetivo claro de efetuar uma moderna cruzada.

Apesar do desejo de salvar almas, o que definia o pouso das comitivas era a questão geopolítica e, sobretudo, econômica. Não resta dúvida que os desbravadores procuravam riquezas e que normalmente havia trabalho religioso a ser feito na mesma localidade onde estava a produção econômica, fosse para os nativos ou mesmo para os colonos brancos.

As narrativas produzidas por viajantes e/ou missionários eram muitas vezes apaixonantes e serviam para despertar os sentimentos necessários para alimentar esse desejo de aventura. Sabemos que o propalado contato que resultou no “descobrimento” foi somente a oficialização de uma prática extremamente antiga de intercâmbio entre viajantes e nossos nativos. A curiosidade destes e a fascinação pelo exótico fez com que muitos contatos não narrados ocorressem. Nessa experiência trocavam-se mercadorias, informações, cultura e fluídos corporais, mas isso vai se potencializar mesmo com a colonização.

A questão mais urgente nesse primeiro contato e que perdura no início da colonização é a comunicação oral. O fato de haver entre os índios uma diversidade tão grande de dialetos e o desconhecimento linguístico e cultural dos portugueses era algo a ser vencido a todo custo porque significava a oportunidade de transmitir os valores que se queria ver naquelas pessoas e consolidar os modelos que se acreditavam primordiais para torná-los civilizados.

A menção ao desafio da língua é constante nas fontes clássicas como Cartas do Brasil (1549 – 1560)¹, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554 – 1594)² e nas Cartas Avulsas (1550 – 1568)³. Esse desafio gerou um

¹ NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. 1549-1560. São Paulo/SP: Ed. Universidade de São Paulo, 1988.

² ANCHIETA, José de. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

³ NAVARRO, Azpilcueta; Outros. **Cartas avulsas: 1550-1568**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, v.2).

esforço de tradução e compilação dos termos para que os padres pudessem ser instruídos tanto os que já estavam atuando no Brasil quanto os que seriam designados ou que se ofereceriam a esse serviço espontaneamente.

Paralelamente a esse movimento havia a comunicação através dos gestos, o aprendizado para a sobrevivência na colônia e os trabalhos manuais para a produção do espaço. Existiam documentos como as Constituições que regiam a conduta dos jesuítas, mas a realidade na Colônia era muito mais diversa do poderiam supor os clérigos enclausurados em seus conventos e colégios.

Houve muita adaptação entre as leis instituídas e as necessidades locais, uma sorte de novas leis surgiram porque havia problemas impensados que se colocavam perante os jesuítas. Por isso, houve também uma descentralização das resoluções dos problemas porque a comunicação de uma questão vivenciada em qualquer ponto do Brasil levava em torno de 6 meses de viagem para ir e voltar, sem contar o tempo de se pensar o problema e uma possível solução. Esse tempo era demasiado grande para as urgências do cotidiano. Essa descentralização operou também uma maior responsabilidade e observância aos preceitos que norteavam as soluções e as leis propostas.

Os colégios eram a principal ação da Companhia de Jesus nas colônias, porém nem sempre havia estrutura para sua instalação nem religiosos disponíveis. Somente os grandes centros tinham esse privilégio, contudo a ação dos jesuítas dava-se mesmo sem essa estrutura preciosa (material e espiritual).

Antes da experiência propriamente dita nas Colônias havia uma meticulosa educação profissional para moldar o jesuíta ao serviço nas sociedades primitivas. Eles tinham uma formação completa: eram religiosos e polidos culturalmente; eram instruídos na arte da guerra e não fugiam a ela em caso de necessidade, visto que acompanharam muitos desbravamentos; eram capacitados em ofícios manuais, apesar da associação de trabalhos manuais à inferioridade social, os jesuítas precisavam estar preparados para a sobrevivência nas diversas localidades que poderiam atuar, fossem grandes centros ou periferias como o Rio Grande. Todas essas facetas estavam associadas em um único servidor de Deus e da Coroa. Assim, o jesuíta estava blindado para qualquer situação que sua ação missionária lhe apresentasse.

Queremos enfatizar aqui como a preparação profissional nos Colégios antes da experiência missionária era meticulosa e produzia um verdadeiro gestor que aliava a necessidade espiritual e material num mesmo ser. Assim, as faces de religioso e de artesão do jesuíta

estiveram associadas no trabalho missionário nas Colônias garantindo os resultados alcançados.

2. O Religioso

A face religiosa dos jesuítas já é bastante conhecida, mesmo que ainda haja sempre algo a ser revelado, estudado. O jesuíta era um produto da época moderna, um período em que os empreendimentos de conquista de territórios e almas tomaram uma proporção nunca antes vista.⁴ O jesuíta estava inserido nesse processo tanto pela religião quanto pela economia, pois a Companhia de Jesus tornou-se empreendedora.

A Igreja e o Estado em Portugal estavam ligados e se assemelhavam na organização, visto que existia certa independência e competição entre ambos. Apesar disso, o Estado intervinha diretamente na Igreja com nomeações de bispos e dignatários das catedrais e como árbitro quando havia problemas entre ordens religiosas. A Igreja era pulverizada e estava dividida em seculares e regulares⁵ dependendo dos níveis de educação, recursos e esfera de atuação. Abriam escolas, participavam nas universidades e administravam hospitais.

Nesse quadro, a Companhia de Jesus era um todo muito bem organizado, possuía mais centralização que as demais ordens religiosas, tinham um caráter internacional e estava inserida numa tradição.⁶ Os jesuítas estavam mais distantes da tradição do claustro que outras ordens, estiveram mais próximos às populações nativas e aos colonos e com estes entraram recorrentemente em conflito na experiência colonial por causa da utilização da mão-de-obra indígena.

O saber produzido pelos jesuítas era a síntese da herança do conhecimento aristotélico, da tradição hermenêutica cristã, da orientação humanística do regime educativo (*Ratio Studiorum*) e as práticas institucionais. A formação acadêmica dos membros e a educação como apostolado eram de suma importância para a Ordem. A difusão do conhecimento produzido nos Colégios, os resultados das observações do meio natural e moral das missões

⁴ HEERS, Jacques. **História Medieval**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

⁵ SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 32.

⁶ MACHADO, Heloísa Guaracy. Tradição, tradicionalismo e atualidade na perspectiva da longa duração histórica. **Cadernos de História**. Belo Horizonte. v. 7, n. 8, 2 semestre. 2005. Ed. Puc Minas. p. 15.

constituíam-se como exemplos missionários e fonte para reformulação da atuação da Ordem nas missões.⁷

Esse traço da tradição jesuítica é perfeitamente perceptível nas cartas. Elas eram um hábito, um exercício e uma obrigação. Serviam para narrar as experiências e para alimentar a reflexão sobre as diretrizes adotadas pelos missionários e o papel educativo tanto nas missões quanto nos Colégios. O contato com os nativos era um estímulo intelectual que enriquecia sua missão apostólica e o intercâmbio de notícias através de cartas e informes beneficiava a atividade intelectual. As cartas eram um veículo de notícias, pedidos, reclamações e um espaço para exercitar a arte da retórica, da persuasão e da propaganda missionária. Vejamos um trecho da carta do padre Antônio Pires de 1558⁸:

Neste tempo se fundou uma igreja, uma légua desta cidade, onde se ajuntaram quatro aldeias das que estavam mais perto da cidade, que já dantes doutrinávamos, que foi o primeiro ajuntamento que se começou a fazer e tem por nome a villa de S. Paulo, que mostra bem Nosso Senhor querer já abrir a porta que tanto tempo ha tem cerrada, porque além do Gentio estar mui sujeito e atemorizado, deixam também com isto de commetter alguns peccados que dantes antreelles eram mui usados. No fazer desta igreja e casas em que os Padres mestres da nova christandade se recolhem, que quasi se quer egualar com o collegio da cidade, mostrou Nosso Senhor quão servido é de seu nome se manifestar nestas partes, porque fazendo-se em inverno, em o qual chove muito nesta terra, se fez em obra de quatro mezes. Nessa igreja se disse a primeira missa dia de S. Pedro e S. Paulo, com a maior solemnidade que se poudo. Foi á ella o Governador com os mais honrados da cidade, onde deu de comer a todos. Começam a solemnidade nos novos catechumenos, porque na entrada da missa, revestido o Padre com as vestiduras sacerdotaes, benzeu a igreja e acabada a bençam começou o bautismo solemne, em o qual baptisou 84 innocentes. De todos estes foi padrinho o Governador, em o qual auto reluziu bem o belo e fervor que tem a tal obra, porque ali estava junto da pia tocando seus afilhados com muito amor, como quem sente quanto vai na salvação ou condemnação de uma alma. Foi também seu padrinho o irmão Antônio Rodrigues, que é seü mestre e lingua.

É nítido o cumprimento da função da carta aqui apresentada. Dá-se notícia dos progressos alcançados no local da missão: aglomeração de 4 aldeias antes independentes que passaram a habitar uma mesma vila, fruto do trabalho missionário e aí já mostra a mão de Deus orquestrando esse feito pelo nome da localidade ser o mesmo de um santo – São Paulo.

⁷ LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: _____. **Historias Naturales y el saber de los jesuítas**. Iberoamerica, 2005. p. 10.

⁸ NAVARRO, Azpilcueta; Outros. **Cartas avulsas: 1550-1568**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, v.2). Traslado de uma carta do Padre Antônio Pires, da Bahia, de 19 de Julho de 1558. p. 200-1.

Dá conhecimento sobre a construção da igreja e de casas para os padres, bem como narra o evento da primeira missa e do volume de batismos naquela ocasião. Reafirma a aliança com o poder local pela presença do governador e, além disso, o apadrinhamento dos inocentes recém batizados. Como culminância da propaganda exitosa temos a menção ao sentimento belo, fervoroso de amor do governador para com os afilhados pelo simbólico gesto de estar ao lado e tocando a pia batismal.

Esse tipo de leitura e notícia era o que alimentava a alma dos noviços em preparação nos Colégios na Metrópole, poderia ser a certeza que faltava para consolidar o desejo de mudança e promoção da salvação de almas na Colônia. É possível pensar que todo o significado da formação cristã, as respostas sobre o papel social de alguém e de muitas outras perguntas poderiam encontrar conforto nessas correspondências, afinal Deus preparava tudo para que o fim fosse o êxito. Era assim que se motivavam novos missionários, mesmo que nem sempre a vitória fosse alcançada, mas eles não precisavam ter clareza sobre essa parte da história. Eles precisavam sim crer que o caminho até poderia ser penoso, mas a salvação da sua e de todas as almas era a recompensa que Deus lhe reservava.

Para Fernando Torres Londoño a produção jesuítica tinha a função de “... consolidar e edificar, dando a conhecer as obras feitas em nome de Deus.”⁹ É o que temos no fragmento extraído acima.

A cultura corporativa jesuítica tinha largo alcance pela circulação de cartas, informações e pessoas. Isso permitiria estender para além do Evangelho as indagações dos membros. Assim, de posse de tantos dados sobre natureza e cultura dos mais variados lugares era possível interrogar sobre questões como a humanidade indígena e a manutenção da escravidão. Porém, Arno Wehling registra a falta de dinamicidade do conhecimento produzido pelos jesuítas devido à ausência de massa crítica. O que existia, segundo ele, era um saber referenciado à interpretação dominante submetido ao controle institucional rígido, à censura real eclesiástica, inquisitorial e da própria Companhia.¹⁰

Para Luis Millones Figueroa, “*Acercarse de manera efectiva a los nativos, cuya salvación era el objetivo de las misiones, implicaba conocer el mundo natural del cual derivaban sus prácticas culturales.*”¹¹ O conhecimento da natureza era imprescindível e

⁹ LONDOÑO, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas**. Jesuítas, Escrita e Missão no século XVI. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH: Humanitas Publicações, v. 22, n. 43, 2002. p. 15.

¹⁰ WEHLING, Arno. O pensamento jesuítico no Brasil colonial. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 410, jan/mar. 2001.

¹¹ LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: _____. **Historias Naturales y el saber de los jesuítas**. Iberoamerica, 2005. p. 15-6.

somente no contato com os nativos isso seria possível. Eram os nativos que propiciavam os deslocamentos, as indicações para alimentação, o modo de dormir e todo o mais necessário para a sobrevivência dos jesuítas. O autor ainda coloca que apesar do Novo Mundo ter recebido esforçados e capazes missionários, os mais influentes cultural e politicamente permaneceram na Europa. Isso é compreensível porque era preciso gerir, planejar e dar diretrizes para as diferentes localidades onde as missões estavam exercendo suas atividades. *“La experiencia americana era percibida como una tarea ante todo misional – con alto riesgo – y era lógico querer aprovechar y proteger en los centros de mayor importancia a los miembros destacados.”*¹² Apesar disso, não quer dizer que aqueles que vieram para a América eram despreparados ou menos inteligentes, até porque existia um projeto da Companhia de criação de elites intelectuais locais, provavelmente também pelo tempo gasto nas correspondências e pela dinamicidade dos acontecimentos nas colônias. Ao mesmo tempo havia uma preparação muito rigorosa e espiritualizada nos centros europeus. Vivia-se sob as influências da transição cultural da Idade Média para a Idade Moderna quando começava-se a pensar o lugar do corpo na literatura espiritual ao passo que o Concílio de Trento restringia esse movimento.

3. Ritual de pregação

Todo o aparato desenvolvido em torno da pregação tinha como fim uma função pedagógica, pois o homem moderno necessitava visualizar, simbolizar o mundo para satisfazer sua necessidade de representação, mas não era somente o mundo visível, ele desejava conhecer e representar o homem interior, seus anseios e possibilidades.

O discurso religioso operava uma verdadeira conquista imaginária da alma. Era como anatomizar a alma.¹³ Através da prática dos sermões tanto o pregador quanto o fiel eram modelados para se comportar de determinadas formas. Para garantir a eficiência os religiosos tinham que ser treinados. A partir daí, então, uma gama de ensinamentos foram formulados para esse fim, determinando a maneira de se colocar durante o sermão, os gestos e toda a teatralidade dos rituais que envolveriam o público fiel. Os Exercícios Espirituais de Ignácio

¹²Millones Figueroa, Luis, “La intelligentsia jesuita y la naturaliza del Nuevo Mundo em el siglo XVII”, Luis Millones Figueroa y Domingo Ledezma (eds.), **El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo**. Madrid, Iberoamericana, 2005: 27-47. p. 27.

¹³ DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento em la España de la Contrarreforma. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1999. p. 64.

de Loyola eram o destaque, eram a ferramenta eficiente para racionalizar os sentimentos e moldar o contato com o plano espiritual. Aliado a isso estava o objetivo de uma ciência teológica e de uma filosofia moral buscando conhecer todos os recursos psíquicos como uma reserva de uma área de atuação específica voltados para a atuação no mundo exterior através da doutrinação da espiritualidade.¹⁴

“... *la consciencia de esa corporalidad está inscrita profundamente – y desde muy antiguo – em los códigos – es decir, em las retóricas – que normatizaban la función de la palabra em la prédica.*”¹⁵ Assim, a palavra configura-se como o centro do sermão e sendo assim havia um benefício para os irmãos que eram designados para missões distantes e com poucos recursos. A palavra, mesmo quando não entendida, tinha uma força própria que era extraída da teatralidade do ofício religioso e era reforçada pela gestualidade que, de acordo com o estudo de Jean-Claude Schmitt¹⁶, é de entendimento universal.

Assim, era preciso formular uma regra geral que pode ser observada no Manual de Oratória de Quintiliano que dividia suas regras em cinco partes: a *inventio* – a concepção do tema, a *dispositio* – sua disposição no discurso, a *elocutio* – o estilo do discurso, *memoria* e *pronunciatio* – que envolviam a expressão em gestos e voz. Nestas regras da tradição clássica estão dipostas as maneiras como o conjunto do corpo deve se apresentar para a eficiência do ato retórico:

A cabeça é um dos membros principais na ação, assim como no corpo [...] O que se requer, pois, em primeiro lugar, é que a cabeça esteja sempre direita e em uma postura natural. Porque baixa denota humildade; demasiado levantada, arrogância; inclinada a um lado, desfalecimento, e tê-la muito tesa e firme é sinal de uma certa barbárie.”¹⁷

Era preciso atentar também para a forma de vestir. O orador deveria estar vestido de maneira simples de modo que a atenção foi toda canalizada para a palavra proferida e para a gestualidade do ritual.

¹⁴ DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento em la España de la Contrarreforma. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1999. p. 218.

¹⁵ Id. p. 310.

¹⁶ SCHMITT, Jean-Claude. A moral dos gestos. In: **Políticas do Corpo**. Denise B. de Sant’Anna (org.). São Paulo, Estação Liberdade, 1995. p. 141-157.

¹⁷ PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm.

O movimento das mãos na pregação correspondia à boa parte da eloquência, o que não ocorria com outras partes do corpo que poderiam fazer movimentos sensuais, impróprios aos objetivos do sermão. O pregador deveria estar totalmente consciente de que pequenos gestos sinuosos de lábios e narizes, por exemplo, poderiam colocar os objetivos sagrados em risco de perdição e a ele próprio. Outro elemento muito importante no sermão era a voz e sua entonação.¹⁸

Percebemos nessa citação o polimento e todo o cuidado com os detalhes que faziam a diferença e a eficácia do sermão. Sangue, suor e lágrimas eram emitidos durante os exercícios e prédicas como produtos da elevação espiritual do orador, contudo essas emissões eram frutos do esforço e do poder de controle e concentração e não exatamente da fé. Essas exhibições aconteciam diante de um público fiel que era envolvido numa atmosfera de sentimentos e ações pré-concebidas e determinadas compondo o quadro teatral do ofício religioso.

Toda essa educação profissional era transportada para as missões que se configurava como o palco onde esse aprendizado era posto à prova. Na Colônia a instrução religiosa elementar obedecia a uma rotina e era uma das formas mais importantes de assimilação. Segundo as Leis das Índias, os missionários deviam instruir os índios em língua nativa, mas devido à falta de alguns conceitos, a instrução foi feita em espanhol, primeiro através dos intérpretes índios. Os indígenas estiveram muito mais dispostos a adquirir a língua dos colonizadores que o contrário, mesmo porque se beneficiavam no intercâmbio comercial, no entanto, muitos missionários aprenderam a língua geral, o que era uma ferramenta primordial de aproximação e houve, inclusive, a invenção de uma língua na Amazônia chamada Nheengatu do lado português.¹⁹

O missionário nas Colônias congregava as funções de Estado e Igreja nas localidades mais distantes dos centros. Era a referência de autoridade metropolitana. Os missionários eram verdadeiros gestores indígenas.

Vimos que a palavra foi de suma importância para o trabalho missionário, mas tudo não se restringia aos sermões. Era preciso um meio pelo qual os jesuítas pudessem estar mais tempo junto aos indígenas e estivessem lhes passando ensinamentos, exemplos a serem seguidos. Apesar da desconfiança em relação ao trabalho manual decorrente do Antigo

¹⁸ DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento em la España de la Contrarreforma. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1999. p. 334-6.

¹⁹ FREIRE, Bessa. "Da fala boa ao Português na Amazônia Brasileira." **Ameríndia**. Paris, v. 8, p. 39-83. 1983.

Regime, os jesuítas, homens de Deus, não só faziam o que e quando necessário como utilizavam-no como ferramenta pedagógica.

4. As missões

Os índios nas missões tinham uma rotina muito rígida porque seu espírito livre precisava de limites, de estar ocupado. Além das orações, da catequese e serviços domésticos, os índios também trabalhavam em obras e nas lavouras.

Essa especialização da mão-de-obra e a gratuidade do serviço gerou muitos conflitos entre os padres e os colonos. De um lado os jesuítas que além de se beneficiarem do serviço operavam um modelamento social dos índios, introduzindo-os a preceitos morais e crenças religiosas bem distantes da que professavam antes de estarem aldeados. Do outro lado os colonos que geralmente eram homens desregrados, católicos, mas pecadores principalmente em relação ao âmbito sexual e que queriam usufruir dessa “domesticação” do indígena e devolvê-los desviados dos ensinamentos já repassados.

Devido à aliança entre Igreja e Estado, a Coroa passou a legislar sobre a questão do trabalho indígena dando plenos poderes aos religiosos no intermédio da questão na Colônia. Todavia, os conflitos continuaram: colonos, religiosos e indígenas não conseguiam entrar em acordo.

Era necessário que houvesse motivos para se declarar guerra aos índios, o que a tornava justa principalmente se a questão fosse de cunho religioso. Segundo Beatriz Perrone-Moisés, a guerra justa foi o principal dispositivo legal para a escravização dos índios. Dentre as causas legais para a guerra justa estavam “a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses [...] e a quebra de pactos celebrados”.²⁰

De acordo com a mesma autora, as leis que compunham a legislação indigenista nunca foram reunidas em um código específico. Os interesses dos missionários, colonos e autoridades coloniais sempre se confrontavam em relação à liberdade dos índios. Podemos dizer que os índios mansos ou amigos foram beneficiados, de certo modo, já que não eram alvo da escravidão (exceto a jesuítica), mas sim promotores dela aos índios bravos. Uma outra forma de manipular o contingente indígena que não quisesse ser aldeado era permitir a

²⁰PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Guerra Justa. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Editora Verbo, 1994. p. 385.

permanência em suas terras tornando-se povo aliado, especialmente quando se tratava de uma nação que ocupasse territórios fronteiriços, de grande interesse para a defesa. Puntoni salienta a utilização de índios e sua arte militar para dar o tom da chamada guerra brasílica, os quais eram requisitados para o serviço de defesa aos seus senhores ou missionários e conduzidos pelo capitão-da-aldeia ou capitão-danação, comumente o principal.²¹

Os colonos que se denominavam pobres precisavam da mão-de-obra indígena para produzir e como estavam em constante desacordo com os jesuítas criavam as condições para a guerra justa a qual legitimava a sua ação. Para obtenção dessa mão-de-obra, os motivos para se deflagrar a guerra eram freqüentemente forjados, violando a liberdade concedida aos indígenas. Isso acabava, muitas vezes, deflagrando guerras, as quais vitimavam indiscriminadamente tanto aliados como povos hostis e o terror era semeado pelas tropas de resgate.²²

O argumento do colono era que a mão de obra indígena era indispensável para integrar a Capitania em uma ordem economicamente produtiva, mas existia um discurso ético que se traduzia em leis que limitavam o direito de escravização e procuravam regulamentar a apropriação do trabalho. Seu recurso era então incentivar as guerras entre tribos para justificar uma guerra justa. Aos condutores desta guerra não convinha que houvesse índios de paz porque esses estavam protegidos pela legislação indigenista e, portanto, não podiam ser cativados.²³

Esses conflitos na Colônia contrapunham os interesses dos colonos e dos religiosos, ambos queriam se beneficiar do trabalho indígena sem compensá-los pelo seu esforço. No caso do Rio Grande, os colonos tentavam justificar essa prática com o argumento da falta de recursos econômicos, transformando o labor do índio em solução. O resultado disso eram sempre guerras. Apesar da tendência contemporânea dos estudos etnográficos retirarem o aspecto violento do universo cultural indígena, esse silêncio ocorre porque os estudos se referem a sociedades isoladas que não tem mais guerreiros. Mas, os discursos de viajantes atestam, ao contrário, um grande gosto pela guerra, oferecendo inclusive o estereótipo do índio como um *ser-para-a-guerra*²⁴, porém ela era promovida com o intuito de vingar

²¹PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, 2002.p. 188.

²²PERRONE-MOISÉS, p. 478.

²³PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na capitania do Rio Grande - séculos XVI-XVIII**. Arcaicos e Modernos. 2000. 271p. Tese (Doutorado em História). Universidad de Salamanca. Salamanca. p. 95.

²⁴CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. Editora Cosac e Naify. p. 233.

parentes e amigos aprisionados ou mortos no passado, segundo Fátima Martins Lopes, o que era estranho aos colonizadores.

Podemos então concluir que a preparação profissional do noviço era um todo orquestrado para a finalidade da missão religiosa. O futuro missionário passava por uma formação criteriosa desde a instrução sobre os ensinamentos bíblicos, o aprendizado de línguas, música, oratória, exercícios espirituais, Liturgia, trabalhos manuais e até treinamento de guerra. Podemos dizer que era uma formação global, mesmo porque essa preparação não podia prever que tipo de experiência o missionário iria vivenciar.

Vimos que a palavra era o centro dessa formação, tanto escrita quanto falada. A palavra escrita era materializada nas correspondências e nas narrativas das vivências. Existia para elas também uma orientação a ser seguida e a consciência do papel desses escritos era muito clara para aqueles que estavam em missão. Narrar, descrever e estimular o desejo nos noviços era a tarefa principal. A palavra falada era completamente ritualizada, pois mesmo que a população nativa não a entendesse, ela poderia ser sentida, ela podia tocar os corações e mudar a realidade dos ouvintes. E para torná-la mais eficiente estava associada aos gestos meticulosamente pensados para atingir a finalidade moral que se pretendia passar.

Paralelamente e por uma questão de sobrevivência, os padres desenvolviam trabalhos manuais junto aos nativos, o que lhes aproximava, proporcionava uma relação afetiva que evoluía para a confiança. Esses trabalhos manuais eram fruto da experiência e não estavam inseridos em uma forma oficial de atuação. Simplesmente era preciso organizar os espaços ocupados pelos jesuítas e nada melhor e mais prático que usar a mão-de-obra indígena para efetivar esse serviço e com isso também estreitar vínculos. Os jesuítas ensinaram vários ofícios aos índios. Segundo Veiga²⁵, o ofício de marceneiro destacava-se por ser necessário para atividades de construção como colégios, aldeias e outros. Também aprenderam outras atividades como ferreiro, fundidor, tecelão e oleiro.

Segundo Lúcio Costa²⁶, o programa das construções jesuíticas era simples, compreendia três partes: para o culto, a igreja de uma só nave com o coro e a sacristia; para o trabalho, aulas e oficinas; para residência os cubículos, a enfermaria e mais dependências de serviço além da cerca, com horta e pomar. Segundo o autor “a arquitetura da Companhia no

²⁵ VEIGA, Cyntia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007, p. 62.

²⁶ COSTA, Lúcio. **Arquitetura Jesuítica no Brasil**. In: **Arquitetura Religiosa**. SP: MEC/SPHAN/USP/FAU, 1978. p. 17.

Brasil, foi quase sempre inimiga dos derramamentos plásticos, despreziosa e muitas vezes pobre, obedecendo em linhas gerais a uns tantos padrões uniformes”²⁷

5. Rio Grande colonial

Essa capitania sempre esteve numa posição periférica em relação aos centros econômicos e por isso tudo que era precário no Brasil enquanto política de Estado era ainda pior nessas regiões. Nesse espaço os religiosos e os colonos estiveram em conflito pelo uso da mão-de-obra indígena e pelas condutas morais desses últimos que eram consideradas inadequadas e que desvirtuavam todo o trabalho de modelagem moral cristã a qual os índios e principalmente as índias já estavam adaptados.

A experiência jesuítica inicial era realizada pelas missões volantes e padres seculares, porém não havia um trabalho mais efetivo. Esse quadro vai se alterar com as missões de aldeamento a partir da segunda metade do século XVII. A intenção inicial era a conversão e a catequização dos indígenas ao Cristianismo, mas essa ação também dava conta de fixar e controlar a terra a serviço da Coroa.

Geralmente partindo de colégio de Olinda, as *Missões Volantes*, na capitania do Rio Grande, tiveram sempre à frente dois padres jesuítas. Nas primeiras *Missões*, 1605 e 1606, os jesuítas Diogo Nunes e André de Soveral prestaram assistência religiosa à aldeia dos Potiguara e a “aldeia de Antônia” (atual cidade de Goianinha), esta “governada” pela índia cristã e catequista Antônia Potiguar, que “[...] regulou nesta visita o seu estado matrimonial, com o homem que tinha escolhido, e com quem já vivia.” (LEITE, 2004, p. 362). No quadrado das suas cabanas foram erguidos pelos próprios índios um cruzeiro e um santuário.²⁸

Percebe-se aqui o trabalho religioso inicialmente esporádico, mas já demonstrando frutos. A conversão indígena é atestada pelo batismo de Antônia Potiguar e posterior casamento com o companheiro com o qual vivia matrimonialmente, apesar de não ter até aquele momento a benção católica. O que é corrigido pela presença dos padres na aldeia. Além disso, o cruzeiro e o santuário denotam o distanciamento cultural indígena e a aproximação com o Catolicismo.

²⁷ Id. p. 51.

²⁸ ARAÚJO, Marta Maria de. Escolarização e missões jesuíticas na Capitania do Rio Grande (1597-1760). **Revista Educação em Questão**. v. 22, n. 8, p. 206-231, jan./abr. 2005. p. 218.

Se o trabalho volante dava frutos, a fixação do missionário refletiria maior eficiência aos objetivos, assim no documento Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande²⁹ temos notícia da divisão territorial da capitania do Rio Grande e os beneficiários das faixas terrestres. O primeiro vigário da capitania, Gaspar Gonçalves Rocha recebeu uma sesmaria próxima ao Rio Potengi. Assim era possível desenvolver todo o potencial pedagógico junto aos indígenas.

A missão de aldeamento de Guajiru foi criada em 1678 e nela foram construídos um templo e um convento. No ano seguinte foi criada a de Guaraíras e nela edificou-se os mesmos tipos de edifícios. A missão de Apodi veio um ano depois e a ela outras se sucederam.

O frei Aníbal de Gênova viveu em uma missão de aldeamento na Ribeira do rio Mipibu e registrou o período compreendido entre 1761 e 1762 no relato Viagem na África e na América Portuguesa³⁰. Ele nos oferece uma descrição do aldeamento que demonstra a similaridade com um quartel (casas unidas e uma praça de armas), além de uma igreja.

A administração do frei Aníbal de Gênova era rigorosa. Tinha pulso firme e aplicava medidas corretivas, punitivas e disciplinares, tudo baseado na prática pedagógica jesuítica. A rotina diária era bem definida e monitorada de perto. Havia hora para acordar, para rezar, para trabalhar, separação por gênero como prevenção a possíveis desvios de conduta, repetição e imitação de exercícios escolares e não-escolares, tudo na busca da consolidação da aprendizagem.

Os índios nesse contexto eram usados para trabalhos na pecuária, agricultura e pesca e essa ocupação era considerada uma forma de reprimir os costumes ancestrais indígenas, abominados pelos jesuítas.

Infelizmente não houve um colégio ou casa de estudos no Rio Grande. O que acontecia era uma instrução elementar de primeiras letras que possibilitava catequizar, uso de música, dança e teatro. Contudo, a experiência foi interessante e os relatos e demais documentos são uma fonte que deve ser analisada com critério para que se possa entender os capítulos da história do Rio Grande com maior clareza como os pesquisadores vem fazendo.

²⁹ AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE 21 DE FEVEREIRO DE 1614, a que procedeu, de ordem do governador geral, o capitão-Mor de Pernambuco, Alexandre de Moura. Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Natal, v. 7, n. 1 e 2, p. 1-59, 1909.

³⁰ GÊNOVA, Frei Aníbal de. Viagem na África e na América Portuguesa apud ARAÚJO, Marta Maria de. Escolarização e missões jesuíticas na Capitania do Rio Grande (1597-1760). Revista Educação em Questão, v. 22, n. 8, p. 206-231, jan./abr. 2005.

6. Considerações finais

A experiência jesuítica no Brasil foi bastante diversa devido aos atores envolvidos, o espaço onde ocorreu e o tempo que também vai interferindo nas concepções sobre determinados assuntos. Apesar disso, podemos perceber que havia similaridades nas ações dos colonizadores e dos religiosos, visto que estes tinham uma visão padronizada dos nossos nativos, o que era completamente desmistificado na vivência propriamente dita.

Os jesuítas e seus colégios estavam fixados nos centros econômicos e os religiosos faziam assistência espiritual às localidades periféricas como era o caso do Rio Grande. Inicialmente esse trabalho era realizado nas Missões Volantes e depois essas foram transformadas em Missões de Aldeamento. Nesses espaços a rotina era muito bem estabelecida e rígida devido à Educação Profissional recebida e aplicada pelos jesuítas e pela crença de que os índios tinham más inclinações e deviam ser monitorados de perto.

Trouxemos estudos clássicos e mais atuais que tratam de forma tangencial sobre a História da Educação no Rio Grande, outros que são mais focados na temática e documentos dos quais destacamos a experiência do frei Aníbal de Gênova que apesar de ter durado apenas um ano trás elementos importantes para a compreensão da temática nesse período.

Referências

ANCHIETA, José de. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ARAÚJO, Marta Maria de. Escolarização e missões jesuíticas na Capitania do Rio Grande (1597-1760). **Revista Educação em Questão**. v. 22, n. 8, p. 206-231, jan./abr. 2005.

ARAÚJO, Marta Maria de. Escolarização para adiantamento da vida humana e social Rio Grande do Norte (1597-1760). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 36, n. 22, p. 200-226, set./dez. 2009.

AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE 21 DE FEVEREIRO DE 1614, a que procedeu, de ordem do governador geral, o capitão-Mor de Pernambuco, Alexandre de Moura. *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 7, n. 1 e 2, p. 1-59, 1909.

COSTA, Lúcio. *Arquitetura Jesuítica no Brasil*. In: **Arquitetura Religiosa**. SP: MEC/SPHAN/USP/FAU, 1978.

DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento em la España de la Contrarreforma. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1999.

FREIRE, Bessa. “Da fala boa ao Português na Amazônia Brasileira.” **Ameríndia**. Paris, v. 8, p. 39-83. 1983.

FIGUEROA, Luis Millones, “La intelligentsia jesuita y la naturaliza del Nuevo Mundo em el siglo XVII”, Luis Millones Figueroa y Domingo Ledezma (eds.), **El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo**. Madrid, Iberoamericana, 2005: 27-47.

GÊNOVA, Frei Aníbal de. Viagem na África e na América Portuguesa apud ARAÚJO, Marta Maria de. Escolarização e missões jesuíticas na Capitania do Rio Grande (1597-1760). *Revista Educação em Questão*, v. 22, n. 8, p. 206-231, jan./abr. 2005.

HEERS, Jacques. **História Medieval**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuitas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: ____ **Historias Naturales y el saber de los jesuitas**. Iberoamerica, 2005.

LONDOÑO, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas**. Jesuítas, Escrita e Missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH: Humanitas Publicações, v. 22, n. 43, 2002.

LOPES, Fátima Martins **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró (RN): Fundação Vingt-um Rosado/Fundação Guimarães Duque, 2003 (coleção Mossoroense, v. 1379).

_____. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio grande do norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. 2005. 710f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. MACHADO, Heloísa Guaracy. Tradição, tradicionalismo e atualidade na perspectiva da longa duração histórica. **Cadernos de História**. Belo Horizonte. v. 7, n. 8, 2 semestre. 2005. Ed. Puc Minas.

NAVARRO, Azpilcueta; Outros. **Cartas avulsas: 1550-1568**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, v.2).

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. 1549-1560. São Paulo/SP: Ed. Universidade de São Paulo, 1988.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Guerra Justa. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Editora Verbo, 1994.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na capitania do Rio Grande - séculos XVI-XVIII**. Arcaicos e Modernos. 2000. 271p. Tese (Doutorado em História). Universidad de Salamanca. Salamanca.

_____. O corpo colonial. In: www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, 2002.

SCHMITT, Jean-Claude. A moral dos gestos. In: **Políticas do Corpo**. Denise B. de Sant'Anna (org.). São Paulo, Estação Liberdade, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VEIGA, Cyntia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

WEHLING, Arno. O pensamento jesuítico no Brasil colonial. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 410, jan/mar. 2001.